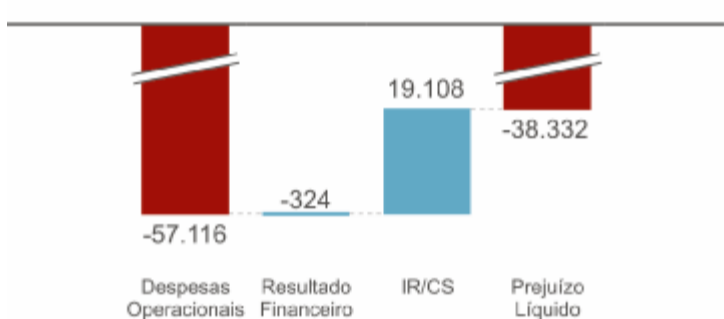


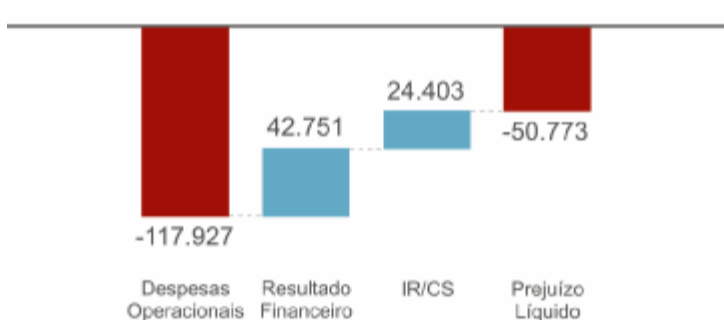


O prejuízo acumulado em 2012 é de R\$ 38,3 milhões, e reflete, basicamente, conforme gráfico abaixo, o resultado da rentabilidade das aplicações deduzido das despesas pré-operacionais.

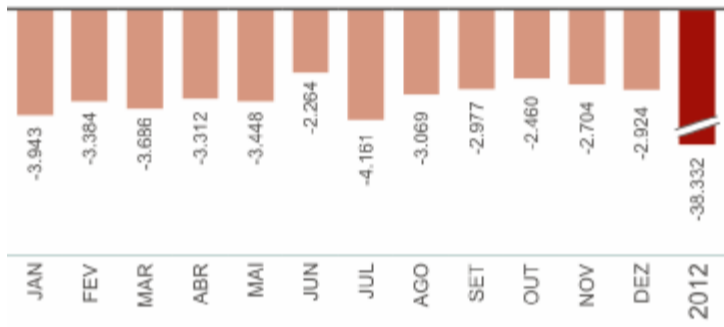
Resultado Acumulado 2012 (Em milhares de R\$)



Resultado Acumulado 2010-2012 (Em milhares de R\$)



Prejuízo Líquido (Em milhares de R\$)

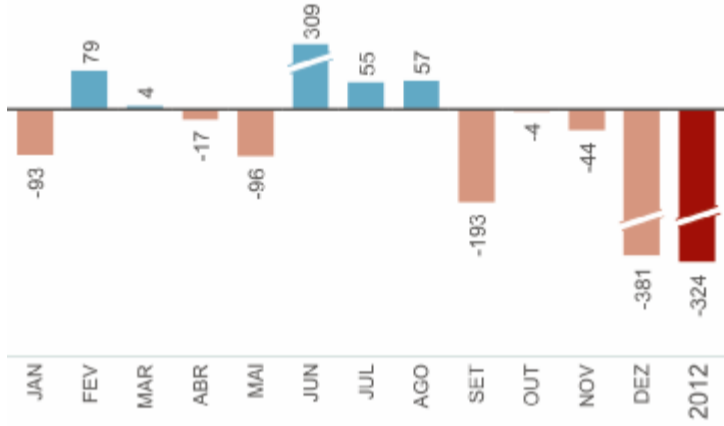


Resultado Financeiro

As receitas financeiras resultam basicamente das aplicações financeiras (fundos exclusivos de investimento em renda fixa e títulos emitidos por instituição financeira de primeira linha). As despesas financeiras compreendem os encargos da dívida provenientes de empréstimo concedido pelo BNDES e de Nota Promissória.

Considerando que os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES são integralmente vinculados à construção da unidade geradora de energia elétrica, os encargos incorridos estão sendo contrapostos, mensalmente, com as receitas financeiras (recursos de empréstimos aplicados temporariamente), de forma que as despesas superam as receitas, gerando capitalização, mensalmente, no imobilizado em construção, conforme disciplina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC's 20 e 27.

Resultado Financeiro (Em milhares de R\$)

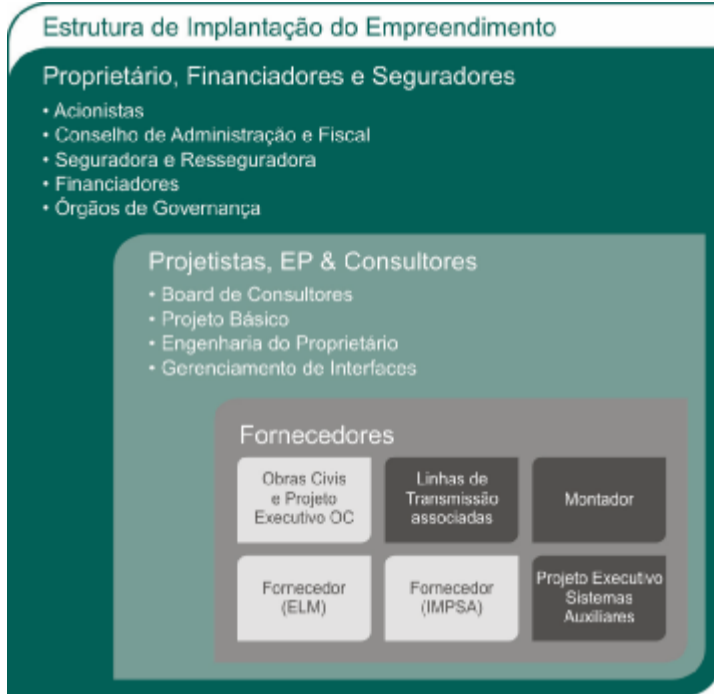


Os resultados apresentados acima estão de acordo com as normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS).

Gerenciamento de riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar suas atividades, especialmente os relacionados à fase de construção, na qual se encontra envolvida neste momento, mas não se esquecendo dos riscos que possam afetar também sua situação financeira. Os gestores entendem que o gerenciamento de riscos é fundamental para a fase atual da Companhia, bem como para apoiar a sua capacidade operacional após a implantação do projeto de construção da UHE Belo Monte.

O organograma a seguir mostra a estrutura macro de planejamento do Empreendimento e como também a cadeia de subordinação das partes envolvidas. Essa estrutura visa distribuir as responsabilidades de cada uma das partes, buscando otimizar o processo de gerenciamento de riscos.



Toda essa equipe de partes envolvidas está empenhada, cada um na sua esfera de atuação, no trabalho de identificação de eventos de riscos de toda natureza, assim como no estudo de alternativas de prevenção e mitigação de tais riscos.

Atualmente, a equipe de planejamento e execução do plano está elaborando planos de execução de ações corretivas (planos de contingência de toda ordem, obras de contornamento de obra, gestão de crises e tumultos).

Adicionalmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva têm a preocupação em buscar parceiros de alto nível para a manutenção de um relacionamento justo e de longo prazo. Sendo assim, buscaram-se no mercado os melhores prestadores de serviço dentro de sua área de atuação para a contratação dos fornecedores de máquinas e para construção da obra civil.

Quanto à questão dos seguros do empreendimento, vale citar que a Companhia é contratante de um programa de seguro composto por um painel de seguradoras e resseguradoras, sendo a líder do painel o Resseguro a Munich Re (líder mundial e no Brasil de Riscos de Engenharia) e do painel do Seguro a Mapfre Vera Cruz Seguradora.

A Mapfre Vera Cruz Seguradora emitiu apólice com vigência de 31/08/2011 a 31/01/2021. O valor em risco é de R\$ 19.967 milhões, com limite máximo de indenização, por evento, de R\$ 2 bilhões. A cobertura do seguro de risco de engenharia engloba: erro de projeto, manutenção ampla (24 meses), afretamento de aeronaves, desentulho, tumulto, greves, honorários de peritos e despesas de salvamento e contenção. Os seguros são a Norte Energia e respectivos subcontratados que operem no sítio da obra.

Mercado de Capitais

A Companhia realizou a emissão da 2ª Nota Promissória Comercial, distribuída publicamente sob o regime de esforços restritos, com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476/09, no valor de R\$ 1 bilhão, tendo garantia firme de instituição financeira privada.

O projeto Belo Monte também recebeu a autorização necessária do Ministério de Minas e Energia para a emissão das debêntures de infraestrutura, conforme previsão da legislação de Minas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Compromisso ambiental

Em 2012, a Norte Energia atendeu aos compromissos socioambientais assumidos com a concessão da Licença de Instalação da UHE Belo Monte, no desenvolvimento de ações dos 117 projetos que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA) e atuou para o cumprimento de 23 condicionantes ambientais constantes na Licença de Instalação 795/2011 do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Uma extensa agenda de interlocuções com o IBAMA e outros órgãos e partes interessadas nas esferas estadual e municipal, necessariamente à viabilização dos compromissos do PBA, se materializou no licenciamento de obras de entorno, com destaque para as obras do porto da UHE Belo Monte, remediação do lixão e aterro sanitário, sistema de água e esgotamento sanitário de Altamira, na ampliação de obras de infraestrutura local e regional nas áreas de educação e saúde, com a construção, a reforma e o aparelhamento de escolas municipais, unidades básicas e postos de saúde; em convênios de apoio à rede de assistência social, educação e saúde; e no vasto conhecimento construído mediante estudos dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural em toda a área influenciada pelo empreendimento.

O conjunto destas ações traduz-se na manutenção do diálogo e interação com as comunidades, conservação do meio ambiente e crescimento sustentável da região.

Respeito às Áreas Indígenas

No âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, a FUNAI definiu 12 Terras Indígenas como aquelas que serão, de alguma maneira, impactadas pelo empreendimento, além dos índios moradores da cidade de Altamira, denominados Citadinos, e os índios ribeirinhos, ou seja, desaldeados.

Neste âmbito, que abarca uma população de aproximadamente 5.000 indígenas (entre os Citadinos, índios ribeirinhos e os das terras indígenas), a Norte Energia vem atendendo às condicionantes estabelecidas no Ofício nº 126/PRES – FUNAI, em conformidade com a Licença de Instalação concedida pelo IBAMA.

No ano de 2012, a Norte Energia deu continuidade às seguintes metas:

- Desenvolvimento do Plano Emergencial acordado com a FUNAI, desde 2010 e vigente até 15/09/2012, que estabelecia a aplicação de recursos nas Terras Indígenas, por aldeia, até a contratação do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena PBA-CI.
- Atendimento às Condicionantes; e
- Contratação do PBA-CI.

O PBA-CI abarca 09 Programas sendo estes: Programa de Educação; Programa de Saúde, Programa de Atividades Produtivas; Programa de Fortalecimento Institucional; Programa de Patrimônio Cultural; Programa de Supervisão Ambiental; Programa de Gestão Territorial; Programa de Realocação e Programa de Infraestrutura.

Entre esses, os Programas de Saúde e Educação serão implementados em parceria com os entes federados responsáveis pelas respectivas áreas e sob sua orientação. Quanto aos Programas de Realocação e de Infraestrutura, estes estão em execução. O Programa de Atividades Produtivas foi

contratado e a equipe aguarda autorização da FUNAI para o acesso às Terras Indígenas. Os demais programas estão em fase de contratação prevista para o 1º trimestre de 2013.

Proteção da Fauna e Flora Nativa

Em atendimento às condicionantes do licenciamento, em 2012, foram realizadas ações para a elaboração de dois Planos Nacionais para a Conservação da Fauna e da Flora Regional.

Foram finalizados os sumários executivos (versões em inglês) do Plano de Ação Nacional para as Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção da região do Baixo e Médio Xingu. Estes documentos trazem informações técnicas para a realização de ações de conservação de 21 espécies (aves, mamíferos, peixes e moluscos), que ocorrem na região de influência do empreendimento.

Quanto à conservação da flora, em outubro de 2012, ocorreu uma oficina de planejamento para, em conjunto com outras 10 instituições nacionais e internacionais, governamentais, e não governamentais, apontar objetivos específicos e ações de manejo e conservação da flora. Como resultado, obteve-se uma versão preliminar do Sumário Executivo específico do Plano de Ação para as Espécies da Flora Ameaçada de Extinção da Região do Médio e Baixo Xingu - PAN Xingu Flora.

Atividades relacionadas aos Programas e Projetos dos Meios Físico e Biótico

Em 2012, todos os 55 projetos que tratam dos temas relacionados aos meios físico e biótico foram implantados e estão em desenvolvimento, atendendo ao escopo e ao cronograma do PBA. Neste conjunto de projetos, destacamos os resultados do monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, que trazem informações importantes para o monitorar, mitigar e compensar os impactos das intervenções das obras. Os dados do desembarque pesqueiro, tanto de peixes ornamentais, quanto de peixes para consumo, auxiliarão na proposição de ações de fortalecimento da cadeia produtiva nas comunidades ribeirinhas.

Por outro lado, as ações de resgate de fauna e flora e a implantação do banco de germoplasma estão auxiliando no conhecimento da biodiversidade regional, convergindo para os objetivos de conservação de ambos os Planos Nacionais recentemente elaborados.

Também as ações de monitoramento de flora e fauna estão sendo conduzidas em áreas próximas aos futuros reservatórios, auxiliando no entendimento das alterações ambientais que ocorrerão sobre os ecossistemas aquáticos e terrestres.

A coleta e análise dos dados de parâmetros do meio físico, notadamente dos recursos hídricos e geotécnicos, fornecerão insumos robustos para o gerenciamento integrado da Volta Grande e a definição do PACUERA - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificial.

Ações do Meio Socioeconômico

Os programas do meio socioeconômico estão organizados em 48 Projetos e abrangem os seguintes aspectos:

- Sociais;
- Econômicos;
- Infraestrutura;
- Apoio Institucional; e
- Valorização Cultural.

Os Programas voltados à área social desenvolvem um sistema de acompanhamento e monitoramento, por meio de visitas diretas às famílias na área do entorno das obras, verificando suas características sociais e econômicas e suas possíveis vulnerabilidades em relação ao empreendimento. Este acompanhamento é direcionado para o atendimento social direto. Serão acompanhadas mais de 6.000 famílias e foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal de Altamira para apoio à rede de assistência social.

Aspectos de comunicação e mobilização social são intensos desde a época dos estudos ambientais. A partir da obtenção da LI, em junho de 2011, já foram realizadas mais de 15.844 visitas às famílias diretamente afetadas e realizadas 131 reuniões com a participação de 9.183 pessoas.

Destaca-se a criação, em julho de 2011, do Fórum de Acompanhamento Social (FASBM), composto por membros dos poderes Executivo e Legislativo dos 5 municípios da AID – Área de Influência Direta (Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapu e Senador José Airão), representantes dos setores de agropecuária, indústria e comércio, pescadores, atividades extrativistas, trabalhadores, IBAMA, FUNAI e universidades. O Fórum possui regimento próprio, aprovado em reunião. Já foram realizadas 8 reuniões, com cerca de 322 participantes.

Os programas voltados aos aspectos econômicos desenvolvem atividades ligadas à capacitação e assistência técnica, nas áreas ligadas à produção agropecuária, extrativista e, também, a atividades típicas da economia urbana, como comércio e serviços. Estão direcionadas às comunidades mais diretamente atingidas, mas também favorecem o desenvolvimento de oportunidades ligadas ao empreendimento, como a criação dos balcões de oportunidades, cuja implantação foi iniciada em dezembro de 2011. Os levantamentos atualizados do cadastro socioeconômico indicaram a existência de 533 estabelecimentos interferidos na cidade de Altamira, com atividades econômicas, sendo 238 comerciais, 265 de serviços e 30 industriais.

Em relação à infraestrutura, estão em pleno desenvolvimento diversas obras, como construção e reforma de escolas, de unidades básicas de saúde e hospitais. Já foram concluídas 37 obras de educação, o que permitiu a ampliação de mais de 8.000 vagas escolares. Está em curso a execução e/ou a contratação de outras 29 obras, já existentes, para plena suficiência dos equipamentos de educação, com a melhoria das estruturas já construídas. Foram concluídas 21 obras de saúde, que estão situadas em locais estratégicos, garantido a suficiência no atendimento à população. Outras 15 obras de saúde estão em execução ou em processo de contratação.

No âmbito dos projetos de saneamento do Plano de Requalificação Urbana, está sendo realizada a execução de obras nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Em relação ao abastecimento de água de Altamira, foi assinado o Termo de Convênio com a Cosanpa para operação do Sistema e foram contratadas empresas para elaboração de projeto executivo e realização da obra.

Na sede do município de Vitória do Xingu, as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário estão em andamento. Nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, a implantação das obras de remediação se dá em fase de conclusão.

As obras de remediação do lixão de Altamira estão em andamento, permitindo a disposição adequada dos resíduos na sede municipal. Em paralelo, está em processo de contratação a empresa para implantação das obras do aterro sanitário, o qual já possui projeto concluído e aprovado pela municipalidade. Em Vitória do Xingu, a área para construção do aterro foi disponibilizada pela municipalidade e a elaboração do projeto encontra-se em andamento. Os aterros sanitários para as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal estão em processo de análise, considerando a viabilidade de continuidade da disposição dos resíduos conjuntamente no aterro existente no canteiro de obras do sítio Belo Monte.

Quanto à drenagem urbana de Altamira, está em andamento a elaboração do projeto. Em Vitória do Xingu, as obras de drenagem na sede municipal e na localidade Belo Monte estão em andamento. Em Belo Monte do Pontal, o projeto foi concluído e está em andamento a contratação de execução da obra.

O fortalecimento das administrações públicas dos municípios de Altamira teve continuidade por meio de atividades de capacitação e apoio técnico às atividades planejamento e gestão municipais, elaboração de legislação urbana e edilícia e implantação de rotinas administrativas necessárias à preparação das municipalidades para atendimento às demandas de acompanhamento social, licenciamento e fiscalização de obras e operação de novas infraestruturas advindas da implantação dos programas ambientais do PBA do empreendimento.

Foram realizadas 22 oficinas de planejamento e gestão, com a participação de 469 gestores e técnicos municipais. Adicionalmente, foram realizadas 13 capacitações para 380 técnicos municipais nas áreas de Administração Pública, Assistência Social e Meio Ambiente.

Destaca-se, ainda, a parceria com a Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará da FIEPA, que viabilizou a realização de ações de desenvolvimento de fornecedores locais para atendimento às demandas do empreendimento e consequente estímulo à economia local.

Estão em curso os projetos de valorização cultural e resgate do patrimônio arqueológico. Já foram prospectados mais de 17 mil hectares e identificados 100 sítios arqueológicos, com a necessidade de resgate de 51 sítios.

Foram capacitados mais de 11 mil trabalhadores nas obras em temas relacionados à educação patrimonial, conforme desenvolvido pelo IPHAN.

Oportunidade para Desenvolvimento Regional

A construção do empreendimento vai gerar em torno de 28 mil empregos diretos e inúmeros empregos indiretos na região. O efeito indireto sobre a economia também será significativo, com o aumento na demanda por trabalho, serviços e insumos, dinamizando a estrutura produtiva das comunidades próximas à hidrelétrica, melhorando, assim, a qualidade de vida de todos os envolvidos.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2012 | 2011 | Passivo | Nota | 2012 | 2011 |
|--|------|------------------|------------------|--|------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 62.892 | 250.621 | Fornecedores | 9 | 388.887 | 188.820 |
| Aplicações financeiras | 5 | 147.730 | 646.034 | Partes relacionadas | 12 | 763 | 417 |
| Tributos a recuperar | | 8.486 | 9.962 | Empréstimos e Financiamentos | 11 | 1.028.475 | 1.879.752 |
| Despesas antecipadas | 6 | 28.222 | 28.226 | Outras contas a Pagar | 10 | 21.396 | 16.298 |
| Outros créditos | | 283 | 62 | | | 1.439.521 | 2.085.287 |
| | | 247.613 | 934.905 | | | | |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Despesas antecipadas | 6 | 51.246 | 43.501 | Empréstimos e financiamentos | 11 | 3.139.774 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14.b | 28.100 | 7.896 | Utilização do Bem Público – UBP | 8 | 154.761 | 145.771 |
| Depósitos judiciais | | 383 | - | | | 3.294.535 | 145.771 |
| Imobilizado | 7 | 6.969.397 | 2.542.358 | Patrimônio líquido | | | |
| Intangível | 8 | 166.554 | 149.967 | Capital social integralizado | 13 | 50.070 | 1.460.010 |
| | | 7.215.680 | 2.743.722 | Prejuízos Acumulados | | (2.780.213) | (12.441) |
| | | 7.463.293 | 3.678.627 | | | 2.729.237 | 1.447.569 |
| Total do Ativo | | 7.463.293 | 3.678.627 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 7.463.293 | 3.678.627 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

| | Nota | 2012 | 2011 |
|---|------|------------------|------------------|
| Despesas Operacionais | | | |
| Administrativas | 15 | (57.116) | (53.566) |
| Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro | | (57.116) | (53.566) |
| Resultado Financeiro | | | |
| Receitas Financeiras | 16 | 48.419 | 62.403 |
| Despesas Financeiras | 16 | (48.743) | (23.206) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | (57.440) | (14.369) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 14 | - | (3.745) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 19.108 | 7.896 |
| Prejuízo do período | | (38.332) | (10.218) |
| Prejuízo básico e diluído por ação, atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$) | | (0,02020) | (0,00973) |
| Quantidade média de ações disponíveis no exercício (em lotes de mil) | | 1.825.843 | 1.049.810 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2012 | 2011 |
|--|---------|--------------------|--------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | (57.440) | (14.369) |
| Ajustes de itens sem desembolso de caixa | | | |
| Depreciação e amortização | 7 e 8 | 1.289 | (29.54) |
| Resultado Financeiro | | 146 | (29.561) |
| Variação ajustado | | (56.005) | (43.646) |
| Variação no ativo | | | |
| Tributos a recuperar | | 380 | (11.690) |
| Despesas antecipadas | | (7.741) | (41.335) |
| Outros créditos | | (221) | (42) |
| Variação no passivo | | | |
| Fornecedores - materiais e serviços em geral | | 6.314 | 17.021 |
| Outras contas a pagar | | 5.099 | 1.229 |
| Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 64.802 | 78.463 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aumento de imobilizado (excluindo juros capitalizados não liquidados) | 7 | (4.209.506) | (2.303.426) |
| Aumento de ativos intangíveis (excluindo bens de utilização pública) | 8 | (5.810) | (4.242) |
| Aplicações financeiras | | 845.125 | (596.404) |
| Depósitos judiciais | | (383) | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (3.672.194) | (2.904.069) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Fornecedores - construção da Usina | | (206.384) | (171.067) |
| Pagamentos de empréstimos e partes relacionadas | 11 e 12 | (3.879.374) | (130.859) |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 11 | 5.902.261 | 1.823.381 |
| Aporte dos acionistas para aumento de capital | 13 | 1.320.000 | 1.292.601 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento (Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa | | 3.549.267 | 3.156.190 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | | (187.729) | 173.658 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | | 250.821 | 76.963 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | | 62.692 | 250.621 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

| | Capital social integralizado | Prejuízos acumulados | Total Líquido |
|--|------------------------------|----------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 167.410 | (2.223) | 165.187 |
| Integralização de capital em janeiro de 2011 | 387.000 | - | 387.000 |
| Integralização de capital em fevereiro de 2011 | 22.500 | - | 22.500 |
| Integralização de capital em março de 2011 | 475.675 | - | 475.675 |
| Integralização de capital em julho de 2011 | 100.800 | - | 100.800 |
| Integralização de capital em novembro de 2011 | 6.625 | - | 6.625 |
| Integralização de capital em dezembro de 2011 | 300.000 | - | 300.000 |
| Prejuízo do exercício | - | (10.218) | (10.218) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 1.460.010 | (12.441) | 1.447.569 |



em Curso, desde que diretamente vinculados ao empreendimento. Tais gastos contemplam os custos de aquisição dos encargos financeiros dos financiamentos identificados com a aquisição dos ativos, conforme disposto nos CPC's 20 e 27 (Nota 2.5).

Conforme Nota 11, em novembro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) aprovou financiamento de Longo Prazo no valor de R\$ 22.500.000, sendo que no dia 28/12/2012, a Companhia recebeu R\$ 3.137.000 relativos à 1ª parcela deste empréstimo. O recurso proveniente dessa primeira liberação (parcela direta) foi utilizado integralmente para pagamento da comissão de estruturação da dívida (BNDES) como também para quitação do 1º empréstimo-ponte no valor de R\$ 1.215.000 (juros + principal), e do 2º empréstimo-ponte do BNDES, cujos repasses haviam sido feitos pelo Banco ABC Brasil e pela CEF, nos valores de R\$ 319.000 (juros + principal) e R\$ 1.594.000 (juros + principal), respectivamente.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-oração para conclusão da Usina Hidrelétrica, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 6.000.000 (Nota 13), sendo que as subscrições e integrações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

A garantia física de energia da UHE para o período em que as unidades geradoras forem instaladas é de 4.418,9 MW médios para a casa de força principal e de 152,1 MW médios para a casa de força complementar.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica, no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará, denominado Usina Hidrelétrica Belo Monte, com potência instalada mínima de 11.000 MW na casa de força principal, e 233,1 MW, na casa de força complementar.

Em 1º de setembro de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu Licença de Instalação, contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construídos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes. Esta licença compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construídos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SES Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associados à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

Em função de manifestações de representações de comunidades da região da construção do empreendimento, em 2012, ocorreram paralisações de obras. Estas paralisações não prejudicaram o cronograma final nos custos. Estão em fase de discussão, entre a companhia e os fornecedores, eventuais impactos no custo do empreendimento.

A Medida Provisória 579, publicada em 11 de setembro de 2012, apresenta condições sobre renovação antecipada de certas concessões e critérios de indenização dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Projeção. A administração da Companhia avaliou os termos da Medida Provisória, assim como o projeto de lei de conversão nº 30/2012 e concluiu que os referidos normativos não terão impacto significativo sobre suas operações.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras em 21 de janeiro de 2013.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Deixa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois equivale à demonstração de resultado do exercício.

2.2 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras, revisou sua prática contábil para classificação das variações da conta de fornecedores das demonstrações dos fluxos de caixa e o reclassificou em 31 de dezembro de 2011. Como consequência, foi reclassificado o montante de R\$ 171.067, apresentado originalmente como fluxo de caixa das atividades operacionais, para o grupo das atividades de financiamento.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplina os CPC's 20 e 27.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto as vidas úteis quanto o eventual valor residual dos ativos relacionados à Usina Hidrelétrica ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens. Os demais bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis mencionadas na Nota 7.

2.6 Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Utilizado (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização será iniciada quando da entrada em operação da usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente quando for o caso.

2.8 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, capitalizados no custo do investimento específico.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a empresa tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que seja qualificável para ser considerado para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

2.9 Outras contas a pagar

Outras contas a pagar são provisões reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado.

Esta rubrica compreende os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de reavaliação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.11 Capital social

O capital social é todo composto por ações ordinárias não incorrendo custo na emissão.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos de renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incluídos na mesma entidade tributária ou com diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.13 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Redução do valor recuperável dos ativos – CPC 01

A administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

2.16 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, principalmente:

a) Caixa e equivalentes de caixa: Apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

b) Obrigações financeiras: O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. As aplicações financeiras estão classificadas pelo valor justo por meio do resultado (Nota 5).

c) Fornecedor: Encontram-se reconhecidos pelo seu custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e são classificados como empréstimos e recebíveis.

d) Empréstimos e Financiamentos: Os instrumentos propósito desse receivável é gerar recursos para financiar os programas de construção da Companhia e eventualmente suprir as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo (Nota 11). Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores de fontes de ser tratado de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de contratos de financiamento específicos.

e) O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. As estimativas e

os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas.

Confronte com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|---------------|----------------|
| Recursos em banco e em caixa | 31 | 12 |
| Depósitos bancários de curto prazo - CDB | 62.861 | 250.629 |
| | 62.892 | 250.641 |

Compreende os valores de caixa ou equivalentes aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

5. Aplicações Financeiras

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Fundo de Aplicação - CEF | 64.248 | 247.779 |
| Fundo de Aplicação - BTG Pactual | 83.444 | 398.255 |
| | 147.730 | 646.034 |

A Companhia faz a maior parte da gestão de seu caixa por meio da aquisição de cotas de Fundos Exclusivos de Renda Fixa de Crédito Privado, cujo regulamento atende a critérios definidos pela gestão da Companhia, em que é permitida unicamente a aquisição de títulos de Renda Fixa (públicos e privados). A aquisição dos títulos privados segue uma rígida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (Rating com Grau de Investimento - Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado por terem carência máxima de 90 dias, mas a liquidez dos títulos emitidos por instituições privadas é elevada, sendo que o alongamento do prazo médio da carteira do Fundo é obtido por meio da aquisição de títulos públicos de longa maturação, que implicam em risco insignificante de alteração de valor, pois são pós-fixados indexados à SELIC.

O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõem a sua carteira, sendo o valor da cota calculada pelo administrador do fundo. O valor de mercado dos títulos públicos na carteira fundo é marcado a mercado, conforme metodologias estabelecidas pela ANBIMA. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio de metodologia de precificação, adotada pelo administrador dos fundos. A composição da carteira dos Fundos pode ser observada na tabela abaixo:

| | Exatidão (%) |
|-----------------------------------|--------------|
| Instituições Financeiras Privadas | 51,7% |
| Instituições Financeiras Públicas | 46,9% |
| Títulos Públicos | 1,4% |

6. Despesas antecipadas

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--------------------|------------|------------|
| Prêmios de Seguros | 79.468 | 71.727 |
| Circulante | 28.226 | 28.226 |
| Não circulante | 51.242 | 43.501 |

Os prêmios de seguros compreendem: (i) seguro contratado com J. Malucelli Seguradora S.A., para cobertura de risco de R\$ 1.045.996 com prêmio de R\$ 31.867 em vigência de 6 de agosto de 2012 até 30 de abril de 2019, registrado no Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. O encargo de amortização mensal é de R\$ 303, registrado no ativo imobilizado; (ii) seguro de responsabilidade civil para diretores e administradores contratado com Zurich Seguros S.A. com limite máximo de cobertura de R\$ 50.000 e prêmio de R\$ 393 e vigência de 3 de janeiro de 2012 a 03 de janeiro de 2013, registrado no Ativo Circulante. O encargo de amortização mensal é de R\$ 43, registrado como despesas administrativas no resultado do período; (iii) seguro de Risco de Engenharia contratado com a Mapfre Seguradora S/A com limite máximo de cobertura de R\$ 19.967.000, prêmio de R\$ 223.000 e vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021, sendo que, em dezembro de 2011, foi paga primeira parcela do prêmio no valor de R\$ 47.000; (iv) a ACE Seguradora S/A emitiu outro certificado de seguro atrelado que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do Segurado com importância segura de R\$ 90.000 para cada e toda ocorrência em excesso à R\$ 10.000, na apólice do Risco de Engenharia, e prêmio de R\$ 2.800 com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019; e (v) a Mapfre Seguradora S/A emitiu outros 2 seguros de que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do empregador, sendo a primeira aplicação com uma importância segura de R\$ 2.000 e prêmio de R\$ 1.700, e outro seguro de R\$ 1.800, para cada e toda ocorrência em excesso aos R\$ 2.000 da primeira aplicação e um prêmio de R\$ 8.000, ambos os seguros com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019.

7. Imobilizado

| | Saldos em 31/12/2011 | Adições capitalizadas | Juros | Transferências | Saldos em 31/12/2012 |
|---|----------------------|-----------------------|----------------|----------------|----------------------|
| Geração em Serviço | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | 4 | - | 830 | 280 |
| Máquinas e Equipamentos | 18 | - | - | 285 | 857 |
| Veículos | - | - | - | 75 | 75 |
| Móveis e Utensílios | - | - | - | 2 | 2 |
| | 18 | 4 | - | 1.192 | 1.214 |
| (-) Depreciação Acumulada | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias (e) | - | (4) | - | - | (4) |
| Máquinas e Equipamentos (e) | (1) | (26) | - | - | (27) |
| Veículos (e) | - | (3) | - | - | (3) |
| | (1) | (33) | - | - | (34) |
| Geração em curso | | | | | |
| Terrenos | 54.469 | 215.555 | - | (2.916) | 267.108 |
| Reservatório, barragens e Edificações, obras civis e benfeitorias | 59.160 | 1.374.590 | - | 236.932 | 1.670.682 |
| Máquinas e Equipamentos | 501.685 | 458.948 | - | (412.620) | 547.513 |
| A Ratear (c) | 27.714 | 69.484 | - | 69 | 97.767 |
| Estudos e projetos (a) | 342.605 | 1.538.316 | - | 186.207 | 2.321.727 |
| Adiantamento a fornecedores (b) | 1.382.518 | 485.703 | - | (4.820) | 1.631.390 |
| Depósitos Judiciais (d) | 422 | 28.647 | - | (129) | 28.940 |
| | 2.531.607 | 4.171.243 | 254.599 | 1.142 | 6.958.591 |
| Administração em Serviço | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.379 | - | - | 1.623 | 3.002 |
| Máquinas e Equipamentos | 2.090 | 105 | - | 3.305 | 5.500 |
| Móveis e Utensílios | 1.717 | 59 | - | 322 | 2.098 |
| | 5.186 | 164 | - | 5.250 | 10.600 |
| (-) Depreciação Acumulada | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (32) | (94) | - | - | (126) |
| Máquinas e Equipamentos | (97) | (554) | - | - | (651) |
| Móveis e Utensílios | (77) | (120) | - | - | (197) |
| | (206) | (768) | - | - | (974) |
| Geração em Curso | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2.929 | 261 | - | (3.190) | - |
| Máquinas e Equipamentos | 2.624 | 1.360 | - | (3.984) | - |
| Móveis e Utensílios | 201 | 209 | - | (410) | - |
| | 5.754 | 1.830 | - | (7.584) | - |
| | 2.542.358 | 4.172.440 | 254.599 | - | 6.969.397 |

a) Estudos e projetos - Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais com estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte.

b) Parte dos valores classificados na rubrica de "geração em curso" se refere a adiantamentos feitos para a Impsa - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM (Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, Andrêz Hidro Inepar do Brasil S.A e Voith Hydro Ltda), para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e Consórcio CSBM (Consórcio Construtor Belo Monte) responsável por toda obra civil da construção da Usina.

c) A rubrica "A Ratear" destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito pelo sistema de Ordem de Imobilização - ODI. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

Segue composição da rubrica "A Ratear" em 31 de dezembro de 2012:

| Descrição | 31/12/2012 |
|---|------------------|
| Mobilização e Canteiro de Obras | 1.634.763 |
| Encargos Financeiros, Comissões e Seguros | 341.991 |
| Projetos e Consultorias de Engenharia | 265.739 |
| Outros | 79.234 |
| Total | 2.321.727 |

d) A rubrica "Depósitos Judiciais" destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas à imobilização em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização - ODI.

e) De acordo com a CPC 27 (Ativo Imobilizado), a depreciação de ativos que geram benefícios econômicos futuros subordinados para a produção de outros ativos deve ser capitalizada. Desta forma, a depreciação de itens do ativo imobilizado (Geração em Serviço) reconhecida no resultado foi capitalizada para o custo do ativo imobilizado (Geração em Curso). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou R\$ 34 de depreciação.

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|-------------------------------|------------------|-----------------------|
| Descrição | | |
| Imobilizado em Serviço | 8,3% aa | 11,814 (1,008) |
| Geração | 1.214 | (34) |
| Imobilizado | 1.214 | (34) |
| Imobilização | 10.600 | (974) |
| Imobilizado | 6.958.591 | - |
| Administração | 6.958.591 | - |
| Imobilizado | 6.958.591 | - |
| Total dos Imobilizados | 6.970.405 | (1,008) |

A vida útil estimada e o método de depreciação que os critérios previstos na Resolução ANEEL s/nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tem bens penhorados ou bloqueados judicialmente. Como a Companhia tomou emprestado recurso especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável particular, os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável podem ser identificados prontamente. Desta forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011. Durante o exercício de 2012, foram capitalizados R\$ 218.299.

Considerando que os empréstimos e financiamentos pelo BNDES são integralmente vinculados à construção da unidade geradora de energia elétrica, os encargos incorridos estão sendo contrapostos, mensalmente, com as receitas financeiras (recursos de empréstimos aplicados temporariamente), de forma que as despesas superam as receitas, gerando capitalização, mensalmente, no imobilizado em construção.

8. Intangível

Uso do Bem Público.



Tal probabilidade baseou-se em plano de negócios elaborado pela Administração da Companhia e aprovado por seus órgãos de administração, de forma que o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados no modelo se inicia em julho de 2016 e se encerra em 2028.

15. Despesas administrativas por natureza

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|-----------------|-----------------|
| Pessoal | (21.327) | (19.083) |
| Administradores | (4.509) | (6.773) |
| Material | (698) | (1.001) |
| Serviços de terceiros | (16.807) | (16.729) |
| Depreciação e amortização | (1.289) | (284) |
| Arrendamentos e aluguéis | (6.379) | (3.404) |
| Seguro | (415) | (493) |
| Outros | (5.692) | (5.799) |
| Total das Despesas Administrativas | (57.116) | (53.566) |

16. Resultado financeiro

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|-----------------|-----------------|
| Juros sobre aplicações financeiras | 47.511 | 55.595 |
| Outras receitas financeiras | 908 | 6.808 |
| Receitas financeiras | 48.419 | 62.403 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (47.657) | (22.747) |
| Outras despesas financeiras | (1.086) | (459) |
| Despesas financeiras | (48.743) | (23.206) |
| Resultado financeiro | (324) | 39.197 |

17. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos, em 31 de dezembro de 2012, não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantém qualquer contrato, em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

- Risco de crédito - Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. Os limites de crédito são determinados com base no rating de crédito emitido por agências de rating internacionais. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

- Risco de Preço - As receitas da Companhia serão, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

- Risco de Taxas de Juros - A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que aproximadamente 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como 100% de seus contratos de venda de energia futura comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas. No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a (linha - PSI) e parcela PSI e TJLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJLP + 2,65% (FINEM - Indireto). A primeira liberação desses recursos ocorreu em dezembro de 2012. As condições desses empréstimos são majoritariamente atrelados a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da empresa pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

- Risco de liquidez - Uma das principais fontes de caixa da Companhia é proveniente de integralizações de capital de acionistas. Os atuais acionistas da Companhia são os maiores de cada um de seus ramos no Brasil. O quadro de acionistas é formado por empresas líderes no setor elétrico, siderurgia, mineração e fundos de pensão. O prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo emitido por instituição privada investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias. Os títulos públicos adquiridos pela Companhia com vencimento superior a 90 dias são de elevada liquidez e negociados diariamente a mercado.

18. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora dos seguintes seguros:

- a) Risco de Engenharia;
- b) Atraso de Partida - DSU;
- c) Riscos Operacionais;
- d) Lucros Cessantes - BI; e
- e) Responsabilidade Civil.

Em setembro de 2011, a Mapfre Vera Cruz Seguradora, líder do Painel de Seguro, emitiu um Certificado de Seguro de Risco de Engenharia informando que se encontra coberto o risco e que foi emitida a apólice de risco de engenharia, com vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021. Da mesma forma e no mesmo mês, a ACE Seguradora S/A emitiu outro Certificado de Seguro atestando a aceitação do seguro que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do Segurado com importância segurada de R\$ 90.000 em excesso a R\$ 10.000 para cada e toda ocorrência, com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019. Quanto a resseguro, vale destacar que todas as resseguradoras são as líderes de cada um de seus mercados e todas possuem rating mínimo de A, tendo como líder do Painel de Resseguro *Munich Re*, líder mundial e no Brasil no ramo de Riscos de Engenharia.

O valor total em risco para fins da Cobertura de Seguros é de aproximadamente R\$ 20.000.000 com Limite Máximo de Indenização por evento de R\$ 2.000.000. A cobertura do Seguro de Risco de Engenharia contratada engloba: Erro de Projeto, Manutenção Ampla (24 meses), Afretamento de Aeronaves, Desentulho, Tumulto, Greves, Honorários de Peritos e Despesas de Salvamento e Contenção. Os segurados desse seguro são Norte Energia S.A. e respectivos subcontratados operando no sítio da obra.

19. Compromissos

| | Valor do Contrato | Valor Pago | Saldo dos Contratos |
|-------------------------------|-------------------|------------------|---------------------|
| Construção (CCBM e outros) | 16.647.478 | 3.832.973 | 12.814.505 |
| Fornecimento e Montagem | 4.548.834 | 1.158.416 | 3.390.418 |
| Relações Institucionais | 346.899 | 12.711 | 334.188 |
| Socioambiental | 357.530 | 135.458 | 222.072 |
| Seguros Mapfre e J. Malucelli | 265.759 | 118.643 | 147.116 |
| | 22.166.500 | 5.258.201 | 16.908.299 |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza - Presidente

| | | | |
|---|--------|------------------------------------|--------|
| José Ailton de Lima | Membro | Ricardo Batista Mendes | Membro |
| Adhemar Palocci | Membro | Solange Maria Pinto Ribeiro | Membro |
| Maurício Muniz Barreto de Carvalho | Membro | Fernando Henrique Schüffner | Membro |
| Jorge José Nahas Neto | Membro | Renata Marotta | Membro |
| Moacir Carlos Bertol | Membro | | |

CONSELHO FISCAL

Jésus Alves dos Santos - Presidente

| | | | |
|-------------------------------------|--------|-----------------------|--------|
| Hailton Madureira de Almeida | Membro | Henrique Jager | Membro |
| Dioni Barboza Brasil | Membro | | |

DIRETORIA

Duilio Diniz de Figueiredo - Diretor Presidente

| | | | |
|----------------------------------|------------------------------------|--|------------------------------------|
| Marcelo Andreetto Perillo | Diretor Financeiro | Wellington Lopes Ferreira | Diretor de Fornecimento e Montagem |
| João dos Reis Pimentel | Diretor de Relações Institucionais | Antônio Elias Filho | Diretor de Construção |
| Marcelo Barros de Andrade | Diretor de Gestão | Roberto Camilo da Cruz Oliveira | Diretor Socioambiental |

Fláclio Pereira de Castro

Contador - CRC/DF 012057/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas e o relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório dos Auditores Independentes - Ernst & Young Terco - emitido sem ressalvas em 21 de janeiro de 2013, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira, patrimonial e de gestão da Companhia, recomendando que estes sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Brasília-DF, 19 de março de 2013

| | | |
|-----------------------|--------------------------|--------------------------|
| Henrique Jager | Hailton Madureira | Vânia Albuquerque |
| Conselheiro | Conselheiro | Conselheiro |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Norte Energia S.A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia,

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha contratos de construção no valor de R\$ 16.647.478, sendo R\$ 13.852.963 com o consórcio CCBM (responsável pela construção da usina). Conforme previsto em contrato, a Companhia encontra-se negociando com o CCBM os resultados do Projeto Básico Consolidado (PBC), dentre outros aspectos. Havendo quaisquer variações no preço do contrato, tanto para mais quanto para menos e após conclusão do processo de discussão e concordância entre as partes, elas serão refletidas em um aditivo contratual e serão apresentadas nas Notas Explicativas das Informações Trimestrais seguintes ao referido fato. Os valores acima se referem a contratos celebrados acima de R\$ 10.000.

20. Demandas judiciais e administrativas

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em relação a possíveis descumprimentos de condições da Licença Ambiental de Instalação (LI) da Usina de Belo Monte, sendo adotados todos os procedimentos administrativos cabíveis, inclusive interposição de recurso administrativo. De acordo com a autuação, o processo está avaliado em R\$ 7.000.

O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, ressalvou que as desconformidades apontadas não implicam "reflexos ambientais negativos".

Diante dos robustos argumentos suscitados pela Companhia com base e análise de seus assessores jurídicos, em sua defesa administrativa, a Administração considera a probabilidade de perda como remota.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$ 100.000 e o risco de perda avaliado como possível, considerando a análise do mérito do pedido, o estágio do processo e o valor, que é referencial. Após tratativas com a Defensoria Pública, foi protocolizada petição na ação com proposta de acordo a ser celebrado. O valor do acordo será infinitamente menor ao proposto na ação.

Com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos, os processos mencionados têm prognóstico de perda possível e, portanto, como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foi reconhecida qualquer provisão sobre as demandas.

21. Eventos subsequentes

Foi postergada a integralização de capital no valor de R\$ 600.000 prevista para janeiro de 2013, em função da liberação no dia 28 de dezembro 2012 do montante de R\$ 3.137.000 (parcela direta) do empréstimo de Longo Prazo do BNDES. Esse montante foi integralmente utilizado para a quitação de juros e principal dos empréstimos-pontes (direto e indireto) que a Companhia detinha com o BNDES e para pagamento da comissão de estruturação da dívida (BNDES).

Dia 2 de janeiro de 2013, foi transferido o valor de R\$ 2.092.000 relativo à 1ª liberação do empréstimo de Longo Prazo (parcela indireta), sendo R\$ 1.627.000 da CEF e R\$ 465.000 do Banco BTG Pactual. Foi contratado o seguro de responsabilidade civil para diretores e administradores com Mapfre Seguros S.A., com limite máximo de cobertura de R\$ 50.000 e prêmio de R\$ 366 e vigência de 3 de janeiro de 2013 a 3 de janeiro de 2014.

